



ATA DA 182ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de agosto de 2016, sob a presidência do Senhor Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, realizou-se a 182ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

EXPEDIENTE:

1. Discussão e votação das Atas da 180ª e 181ª Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES.
2. Posse das senhoras **Beatriz Machado Granziera** e **Ana Luiza da Fonseca Pereira Antonio**, como conselheiras titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA.
3. Posse dos senhores **José Francisco de Almeida Neto** e **Jeter Luiz Gomes**, como conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria do Governo Municipal – SGM.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

ORDEM DO DIA:

1. Exposição e deliberação da criação de Comissão Especial para tratar da Resolução nº. 154/CADES/2013, referente a **Tipificação de Conduta para Supressão de Vegetação**, pela senhora Andrea Lua Cunha Di Sarno, Assessora Jurídica do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas – DPP.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

ANEXOS:

- Ata da 180ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Ata da 181ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



Secretário Rodrigo Ravena: Bom dia. Vamos dar início à 182ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo. Hoje é dia 24 de agosto de 2016, quarta-feira, 9h30. Vamos passar diretamente à pauta. O item 1º discussão e votação das atas da reunião 180ª e 181ª, Reuniões Plenárias do CADES. Explicando porque das duas nessa reunião, porque na reunião passada, não tivemos quórum, então não foi possível deliberar nada. Então em votação. Algum comentário, algum destaque?

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. Eu não estive na última, portanto, eu me omito na última, aprovo a anterior.

Secretário Rodrigo Ravena: Perfeito. Mais alguma anotação? As **Atas da 180ª e 181ª Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES estão aprovadas.** O item 2 da pauta é a **posse das senhoras Beatriz Machado Granziera, e Ana Luiza da Fonseca Pereira Antônio, como conselheiras titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, SMA.** Acho que está só presente a Ana Luiza. Declaro empossadas as duas. Prazer tê-las aqui. Item 3 é a **posse dos senhores José Francisco de Almeida Neto e Jeter Luiz Gomes, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria do Governo Municipal- SGM.** Acho que está só o José Francisco. Declaro os dois empossados. Bem-vindo. O item 4, sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Eu tenho uma sugestão. Tendo em vista que a gente começa sempre as reuniões às 9h30, ou 9h45, estou sugerindo que as próximas reuniões ao invés de serem marcadas para as 9h00, fiquem marcadas para as 9h30. Para que, quem chega no horário não seja prejudicado de ficar esperando meia-hora, 40 minutos. Então coloco em votação a sugestão de se alterar para as 9h30 o início da reunião, com uma tolerância de 15 minutos. Todo mundo de acordo.

Cons. Ângelo: Ângelo, Sociedade Ambientalista Leste. Eu queria fazer uma sugestão, para que a gente falasse sobre o Parque Sapopemba.

Secretário Rodrigo Ravena: Todo mundo de acordo? Bom, então está aprovada a inclusão da pauta, falar sobre o Parque Sapopemba. Vamos passar para a ordem do dia. O item 1 Exposição e deliberação da criação de Comissão Especial para tratar da



Resolução nº. 154/CADES/2013, referente à Tipificação de Conduta para Supressão de Vegetação, pela senhora Andrea Lua Cunha Di Sarno, Assessora Jurídica do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas - DPP. Lua, com a palavra.

Andréa Lua Cunha de Sarno: Olá. Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Eu queria fazer uma explanação de um parecer em um processo administrativo, que é um pouco delicado. Eu vou falar primeiro o que é o processo, e depois vou entrar no mérito do parecer. Esse processo, ele começou com a revogação da Resolução 124, que versa sobre a aplicação do Decreto Federal 6514 de 2008, sobre a aplicação de infrações administrativas ambientais. Na reunião 150 do CADES, foi decidido, e eu acredito que a maioria dos presentes não estavam na outra gestão do CADES, decidiu-se nessa oportunidade, que seria revogada essa Resolução 124 pela 154. O pano de fundo do processo é um pouco sobre a questão se o Conselho, se o CADES têm prerrogativas de deliberar e de ser consultivo. Tem uma dissidência até entre os próprios procuradores sobre essa questão, e eu acho que é importante explicar um pouquinho sobre o mérito. Então a Resolução 154, ela revogou a 124, e eu entendi no parecer que a gente produziu, que essa revogação tem uma nulidade formal, e vou explicar porquê. Eu queria primeiro começar falando um pouco o que é a democracia participativa. O artigo 1º da Constituição Federal ele versa sobre os princípios fundamentais. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e o Distrito Federal, constituem estado democrático de direito e tem como fundamentos: parágrafo único, todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente nos termos dessa constituição. Entende-se no direito que esse diretamente, ele está exatamente ligado aos Conselhos. Então, ao invés da gente falar sobre uma democracia representativa, só através de eleição, a gente, hoje, fala de uma democracia participativa. O conselho é isso. A democracia participativa, ela não versa apenas sobre o eleitor, mas sim sobre o cidadão. Participando diretamente da gestão dos programas políticos e da fiscalização. Os conselhos, eles vêm exatamente com base nesse parágrafo único. Os conselhos então, não são formados por eleitores, no sentido de escolher seus representantes, mas no sentido de participar diretamente das decisões políticas. Então os conselhos, eles abrem um espaço, um espaço de diálogo, entre a administração pública e a sociedade civil. A gente sabe que têm conselhos no âmbito federal, a exemplo do meio ambiente, que é o CONAMA, no estado, o CONSEMA, e no município,



vocês, o CADES. A lei que versa sobre CADES, é a 14.887 de 2009. Eu vou pedir a licença aqui para ler para vocês o artigo 29 dessa lei. O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CADES, órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído do trabalho em todo território do município de São Paulo, ficam reorganizados nos termos dessa lei. Quando ele usa essa palavra, deliberativo, é importante a gente observar o artigo 31 da lei. Porque o artigo 31 da lei vai falar sobre as atribuições do CADES. E aí eu vou ler só os verbos, porque eu acho que é importante destacar para vocês quais são os verbos que determinam a atribuição do CADES. Colaborar na formulação, colaborar na elaboração de planos, opinar sobre planos, propor diretrizes, propor normas, opinar sobre projetos, e o único verbo afirmativo é o inciso 4º, que fala: apreciar e aprovar os estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental, que é o EIA/RIMA. Primeiro, eu acho que é importante linkar isso. Que o Conselho é deliberativo, mas se atentar aos verbos, que são verbos de colaborar, opinar, que estão muito mais ligados à palavra consultivo. Nesse sentido, eu queria ler também o artigo 33, que fala: o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deverá aprovar ou rejeitar os estudos, e etc. A questão da deliberação, ela está ligada ao Secretário ser ouvido. Acho que é importante destacar isso. Aí eu acho que tem que ter um questionamento. O que é ser ouvido? Acho que o Conselho tem um valor político que deve ser, também, lembrado a vocês. Nesse sentido, esse processo veio em um contexto muito complicado, porque teve uma Resolução, que foi a 154, que revogou a Resolução 124, que afastou a aplicação desse decreto que eu mencionei para vocês, que versa sobre a aplicação das infrações ambientais, e aí, o panorama de fundo é justamente o que é esse órgão. Então quais são as atribuições dele, enquanto órgão deliberativo, e o que seria essa consulta ao Secretário. O processo em si, a gente entendeu que tem um vício formal. Por que um vício formal? A administração pública, ela tem a prerrogativa dos atos administrativos. Atos administrativos têm alguns pressupostos. Como a competência, o objeto, a forma, o motivo e a finalidade. Alguns pressupostos desses, eles são discricionários. A exemplo, do motivo. Você, para motivar alguma coisa, você tem a discricionariedade do administrador público. A forma não é discricionária. A forma está em lei. E o que a gente entende? Por que a gente entende

que esse processo é nulo formalmente? Por quê? Porque foi desrespeitada a forma. Eu não sei se alguns de vocês estavam presentes, mas com certeza quem estava vai lembrar, foi uma deliberação por parte do CADES, arbitrária, em minha opinião, em que não teve um colegiado, não teve a formação. Acho que até a própria dona Cristina que sugeriu para ter uma comissão especial porque é um assunto delicado, que entra no mérito do que é a atuação do Conselho, quais são as atribuições do Conselho, e como que ele faz recomendações para o Secretário, que tem que ouvi-lo. Então a gente entende que houve um desrespeito ao colegiado do CADES. A gente optou por anular essa decisão de revogação da 124. Só que como aí, os colegas do direito vão saber bem, quando você anula uma Resolução, essa Resolução 124, não se restauraria. Seria o chamado efeito reprecinatório. Alguns colegas vão entender exatamente o que eu estou falando. Só que como trata-se de matéria constitucional porque o Conselho está ligado diretamente ao princípio fundamental da Constituição, que é o artigo 1º, parágrafo único, a gente entende que se restaura sim, a Resolução 124, porque você atinge diretamente a matéria constitucional. Então na verdade, a nossa proposição é para que se forme uma nova Comissão Especial, para que técnicos entre vocês se habilitem para formar essa Comissão Especial, discutir o que é o Conselho, qual que é a função deliberativa, o que é essa deliberação, o que são esses artigos que falam nesses verbos, propor, opinar, e enfim, acho que é isso. Então, a nossa sugestão é para que vocês formem uma Comissão Especial para discutir essa questão, e caso entendam, entre-se no mérito sobre a aplicação ou não do decreto. Acho que são duas coisas para a Comissão, caso ela venha a ser aprovada por vocês, discutirem. Qual é a função do Conselho, entre consultivo e deliberativo, o que é o Conselho ser deliberativo, e também entrar no mérito da questão da aplicação ou não do decreto federal. É isso. Obrigada. Desculpe se eu não me fiz entender por todos.

Secretário Rodrigo Ravena: Alguém tem algum comentário, quer fazer alguma sugestão? Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Eu gostaria até de ter recuperado a ata daquela reunião. Primeiro, parabéns. Você falou que não fala bem em público. Advogado que não fala bem em público está para ter ainda. Mas em todo caso, eu acho que foi super oportuna essa reconsideração. A gente está mexendo em coisas extremamente



delicadas, e com dois benefícios. Um de rever realmente a deliberação do Conselho, e outra é colocar em discussão essas competências do Conselho. Porque não é só nessa matéria que a gente intervém. Têm outras matérias que às vezes são tomadas como deliberativas, às vezes como consultivas. E realmente, o Conselho não tem essa força que deveria ter, pelo termo da constituição. Então acho oportuno recuperar essa história, recuperar essa consideração. Eu não sei o que aconteceu nesse intervalo. Se foi aplicada essa nova Resolução ou não. Gostaria até de saber para a gente ter ideia do impacto daquela decisão naquele momento. Mas eu concordo plenamente, e fico feliz que o jurídico aqui da Secretaria esteja atento a essas questões.

Secretário Rodrigo Ravena: Mais algum comentário? Eu acho que é importante trazer para o plenário, e trazer para o Conselho, essa discussão, que não é uma discussão pura e simplesmente do gabinete. É importante que a gente faça essa discussão o mais rápido possível, mas também o maior aprofundamento possível, para que a gente possa chegar a uma portaria, uma deliberação, ou à normatização disso, de uma forma mais estável. Então a sugestão foi aceita pelo Gabinete, de se trazer para o CADES, e agora vamos passar à deliberação quanto à criação ou não dessa Comissão de Estudo. Está todo mundo de acordo? Agora a gente aceita inscrições para quem quiser participar da Comissão de Especial. Então quem se habilitar a integrar a Comissão Especial, por favor, encaminhe por e-mail, nome e contatos, faremos uma Resolução, criando a Comissão. Eu queria também aqui, propor um prazo prévio. Qual é o tempo que a gente entende que essa Comissão tem para se reunir e apresentar aqui para o plenário o resultado dos estudos.

Cons. Cristina Antunes: Cristina. Como é que vai chamar essa Comissão? Não tem nome? Tudo bem. Só para a gente formalizar isso no e-mail.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que pode usar o que está na pauta, que é Comissão para Discussão de Resolução de Tipificação de Conduta para Supressão de Vegetação. Apesar de que é um nome comprido demais, mas pelo menos a gente tem a referência dos e-mails que chegarem, do que a gente está tratando. Quem está interessado em participar, só para a gente ter uma ideia de quantas pessoas estão pensando em participar, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete. Eu acho que é um número bom para não ficar também outro plenário. Temos que tentar fazer isso de uma



forma mais concisa e direta possível. Vocês acham que é possível a gente ter algum resultado até a próxima reunião ordinária? Em 30 dias? Eu vou propor 30 dias. Se na próxima reunião ainda estiver muito insipiente, ou muito inicial a sugestão, a gente traz para o plenário e prorroga o prazo de 30 dias, tudo bem? Fala Murilo.

Cons. Murilo: É. Acho que 30 dias é suficiente, mas acho que é bom então, a gente já estipular uma data para essa primeira reunião, para a Comissão já se encontrar, para a coisa sair daqui meio direcionada.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu vou declarar constituída a Comissão, pendente a formalização por Resolução, mas eu acho que vocês têm a liberdade total de já se programarem. Até porque a coordenação será do Grupo de Trabalho, será de vocês.

Cons. Hélia: Hélia do DEPLAN. Bom dia a todos. A sugestão é de convidar os colegas do DEPAVE 4, porque a Comissão Especial eu acho que importante, ter quem trabalha, quem atua com a questão. Acho que é importante a participação dos colegas também.

Secretário Rodrigo Ravena: Está aceita a sugestão, desde que o técnico atue nessa Comissão dando sua contribuição, porém efetivamente quem deve representar o DEPAVE é o Conselheiro Fábio. E eu vou sugerir também a inclusão da Lua, no Grupo de Trabalho. Pode ser? Você aceita? Eu sei que eu estou te dando muita função, mas você merece. Quem trabalha e sabe o que fazer, trabalha mais.

Cons. Francisca: Secretário, só queria pedir a gentileza de não marcarem dia 29 a 4, que é a próxima semana, que eu vou estar fora, e eu quero participar plenamente. Também acho que nem dá tempo de constituir e tudo o mais.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que a conversa entre vocês é para fixar esses prazos, e prefiro não entrar nesse mérito. Mas a gente vai ter essa semana e a semana que vem, para receber os e-mails, constituir formalmente a comissão e aí soltar a publicação, que deve ser publicada no máximo até semana que vem.

Cons. Cristina Antunes: Você pode só repetir os nomes das pessoas? Só para a gente ter marcado aqui.



Secretário Rodrigo Ravena: Então eu vou pedir para que cada um diga o nome no microfone.

Cons. Francisca: Francisca, do CREA.

Cons. Murilo: Murilo, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Cons. George: George, do SIMPI.

Andréa Lua Cunha de Sarno: Andréa Lua, da Secretaria do Verde, DPP.

Cons. Fábio: Fábio, DEPAVE.G.

Secretário Rodrigo Ravena: Na verdade, o Fábio, DEPAVE G, ele vai indicar um membro que será do DEPAVE 4 para auxiliar nos trabalhos, e, ele efetivamente representando o DEPAVE, como conselheiro.

Cons. Francisco: Francisco. José Francisco de Almeida Neto, da Secretaria de Governo.

Cons. Fabiane: Fabiane, da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, da SAJAP.

Secretário Rodrigo Ravena: Certo. Acho que é isso. Está **aprovada** a criação da Comissão. Agora basta formalizar e aqueles que posteriormente quiserem dar sua contribuição nessa comissão, se inscrevam. Eu desejo trabalhos profícuos e salutares. É importantíssima essa discussão, para que a gente passe a ter uma regulamentação mais efetiva quanto a essa tipificação. Mais algum comentário? Vamos passar para o próximo item da pauta, que é a discussão sobre o Parque Aterro Sapopemba.

Cons. Ângelo: Ângelo, Sociedade Ambientalista Leste, Leste 3. Bom dia a todos. Senhor Secretário, ontem, em nossa reunião do CADES regional, estava eu, a Sueli e o Ulisses, quando uma comissão daquele pessoal que nós fizemos reunião lá na Associação Brasileira de Pipas, compareceram para expor a situação que se encontra hoje o Parque Sapopemba neste período de transição, que ficaram eu acho que sem vigilância. Houve um verdadeiro... Roubaram tudo. Torneira... Então eles pediram que nós, como representantes do CADES São Mateus, levássemos até o senhor, apesar que eu sei que vocês estão sabendo, para formalizar o compromisso e a queixa deles. Obrigado. É isso.



Secretário Rodrigo Ravena: Está recebida. Informo que o serviço de vigilância pela empresa "ATENTO" já voltou. Infelizmente, os atos de vandalismo foram maiores do que a gente pode imaginar. Mas a gente já está tomando as providências. A gente dá um jeito, usando o pessoal da base setorial. Então a gente está ciente do que aconteceu. Pedimos providências para o administrador do Parque, que deveria ter ficado mais efetivo nesse período de dez dias, que ficou a transição para negociação dos contratos de vigilância. Mas está tudo retomado, e a Secretaria está tomando as providências para recuperar. Mais alguma coisa? Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria solicitar Rodrigo, que este CADES se envolvesse, de alguma forma, com o projeto, o plano, os trabalhos que estão sendo feitos pelo grupo de trabalho que envolve ONU e Governo de Estado, e tem que envolver também o Governo Municipal, sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tem havido reuniões meio avulsas, mas neste momento em que a gente está discutindo os planos diretores regionais, nós vamos formalizar para a Secretaria agora a proposta, que os planos regionais do município de São Paulo tenham como norte os objetivos de desenvolvimento sustentável. Mas isso precisava ser discutido mais amplamente. Então eu ia solicitar que a gente convidasse, ela não gosta de dizer que é coordenadora, mas ela é, a Nina Orlow para fazer uma apresentação, para nivelar informações a respeito disso, e para em cada uma das entidades que compõem o CADES, a gente amplie essa discussão. Então a solicitação é essa: que a gente programe numa pauta, uma apresentação dos ODSs, para a gente poder avançar. Inclusive nos Cades Regionais que têm participação aqui nessa Secretaria.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que é importante a sugestão. É pertinente, até para poder alinhar o que a própria Secretaria estava fazendo, como o debate das ODSs, na Agenda 2030, que foi retomada, que se eu não me engano, está indo aos Cades Regionais também. Mas seria bom que a gente passasse a falar uma língua só. A questão é importante pelo seguinte: a gente só vai, e isso é um entendimento meio pacificado, a gente só consegue a implementação das ODSs, agora não mais a nível nacional, com a participação efetiva dos municípios e dos munícipes. Então o desenvolvimento sustentável chegou ao ponto onde deveria estar que é na cidade. E se a gente não organizar o debate, se a gente não tiver uma orientação comum, a gente



vai começar a atirar para tudo quanto é lado, e não vamos chegar a lugar nenhum. Então acho que é pertinente a sugestão. Se alguém tem algum comentário a fazer, a gente pede para incluir na próxima pauta.

Cons. Maria Salete: Bom dia a todos. Maria Salete, de SES, da AMLURB. Eu estava aqui de manhã falando com o Murilo exatamente isso. Falei: olhe, eu não estou encontrando informação linear do que está acontecendo. A gente sabe que está pipocando essas discussões, que são de extrema importância. Mas eu estou com dificuldade de encontrar, onde está como é que está. Então sugerindo assim, além da discussão, da gente avançar qual seria uma plataforma de fácil leitura. Porque se para nós que estamos antenados com o assunto, é difícil encontrar como, em que estágio está a discussão, e onde, de que maneira fomentar alguma ação mais específica, imagina para o restante. Então que se inclua, no debate, qual a forma melhor de comunicação ampla. Porque ainda o meio ambiente, embora seja transversal, ainda fica em uma elite pensante. A gente precisa ser mais generoso, de que maneira dar uma ênfase na comunicação. Existe uma série de diretrizes, mas para efetivar, acho que está difícil. É um desafio ainda, no meu ponto de vista. Como sugestão.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que é importante. Deixa dar uma informação. Ao invés de eu ficar traduzindo o que ela falou, ela fala direto. Fica mais fácil. Com a palavra Rute do DPP.

Rute Cremonini: Bom dia. Desculpa o atraso. Eu sou Rute do DPP. Rute Cremonini, já há alguns anos nessa Secretaria. Nós estamos trabalhando pela frente institucional. E tentando conversar com todos os parceiros que estão efetivamente trabalhando com ODS na cidade. E são muitos. Então por diretriz do nosso Secretário, nós começamos pelos Cades Regionais. Então cada Cades, sobretudo os que estão sendo reeleitos, estão recebendo a Maralina Matoso, que vocês já conhecem, eu e a Tatiana Montório também temos ido em alguns. No sentido de multiplicar esse conhecimento sobre ODS, e identificar as ações que esses Cades efetivamente estão fazendo, onde estão alinhados com cada objetivo. Nós fomos até a Macro-Leste, Agenda 21, sábado passado, nessa intenção também. E a ideia é fazer com que esse círculo cresça. Nós atuamos, como eu disse, do ponto de vista institucional. Mas isso não acontece se não tiver a sociedade civil junto. Então, os nomes de referência desse trabalho, além do nosso Secretário e do



nosso Diretor, evidentemente, são da Mara Matoso, que pode ser procurada, e o meu também. Nós vamos ficar felizes em abrir esse diálogo e fortalecer essa ideia. Porque sabemos que têm tido muitas ações bastante interessantes na cidade.

Secretário Rodrigo Ravena: No sentido de tornar mais acessível a informação, a gente pode, a partir da próxima reunião, tentando alinhar quais serão os encaminhamentos, tornar disponível o que está sendo feito, quais os encaminhamentos, e qual a agenda, pelo menos da Secretaria por enquanto, através do site. Então já tem alguma coisa na página da Secretaria. Tem um ícone especial que foi criado só para isso. Então a gente, a partir da unificação do entendimento do que a gente deva fazer na próxima reunião, a gente oferece a plataforma da página da Secretaria, e eu acho que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado também deve ter fonte de divulgação. A gente pode alinhar a forma de divulgar.

Cons. Sueli: Bom dia. Sueli, de São Mateus. Ontem nós atualizamos o regimento interno do Conselho Regional e nós colocamos a agenda 2030 e o ODS, que é para já estar na pauta, para a gente começar a fazer alguma coisa na região. Essa era uma coisa, e a outra, para variar, é uma denúncia. Toda vez que eu venho aqui, sempre tem uma novidade. E desta vez é em relação à SPTrans, à São Paulo Transporte, que está com um projeto de construir baias na Avenida Mateo Bei. A Avenida Matteo Bei têm 3300 metros, e não têm 20 árvores. E dessas 20, eles querem cortar para fazer baias de carga e descarga. Então ontem eu fui procurada por um representante dos comerciantes da Avenida Matteo Bei, que pediu ajuda. Coincidentemente, eu falei: pois bem, amanhã eu vou estar na Secretaria, e levo a questão para o Secretário. Tentei falar com a SPTrans. Fui totalmente ignorada. Então eu preparei um relatório bem resumido. Estou trazendo, para que a Secretaria não permita que corte o pouco das árvores que têm lá na Matteo Bei. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Bom, Andréa da SPTrans pode dar alguma informação. Está aqui.

Cons. Andréa: Bom dia. Andréa da SPTrans. Eu represento a SMT. Eu tenho conhecimento de que estão fazendo alguns projetos de ajustes viários em algumas vias de São Paulo. Não tenho conhecimento específico desse projeto, mas vou levar essa



informação para a SPTrans. Vou pegar um contato teu, e a gente retorna o mais rápido. Em relação ao projeto, vegetação se tiver algum ajuste e for uma obra prioritária, a gente pode estar revendo. Mas eu te dou um retorno em relação a isso.

Secretário Rodrigo Ravena: E tem outro detalhe. Qualquer intervenção passará por aqui, e a supressão, necessariamente, terá que ser compensada.

Cons. Sueli: Não. É a mesma coisa, Secretário. A avenida, ela tem 3300 metros. Ela tem área suficiente que dá para fazer um planejamento. Porque têm pouquíssimas árvores. Como que a SPTrans vai lá e quer fazer a baia exatamente naquele local onde tem árvore? Se a avenida é tão extensa?

Secretário Rodrigo Ravena: Esse debate foi até o que a Andréa se propôs a fazer. Levantar o projeto. E de acordo com o que está projetado, e verificando qual que é o impacto efetivo, o projeto pode ser revisto.

Cons. Sueli: É que talvez isso não dê tempo. Já está demarcado lá. Vai ter que ser bem ágil. Só isso.

Secretário Rodrigo Ravena: Está bom. Está anotado. Andréa.

Cons. Andréa: Bom, imagino eu que se é uma obra que já está demarcada como você falou, deve ter um TCA. Se não tem TCA ainda, tudo é possível de ser revisado. As demandas da JET, da CET e do pessoal operacional da SPTrans, são sempre no sentido de acelerar o fluxo e ajudar na operação do ônibus. Mas não exime da responsabilidade de ter um projeto, de passar por um termo de compensação, que quem firma, inclusive, é o nosso Secretário. Então, com certeza, vai passar pela nossa área, vai passar por DEPAVE, você comentou que são baias para carga e descarga. Se for SPTrans, não é carga e descarga. Deve ser baia para ônibus, para viabilizar a operação do corredor. Pode ser uma obra de CET, e aí sim, pode ser carga e descarga, mas eu precisaria conhecer o projeto. De todo modo, a gente se fala. Eu te dou um retorno em relação a isso.

Secretário Rodrigo Ravena: Certo? Cristina.



Cons. Cristina Antunes: Era ainda a respeito da questão dos ODSs. Existe e, obviamente a Secretaria está a par disso. Existe uma certificação ambiental que agora, no Brasil, é aplicada a bairros. Essa certificação ambiental está norteada pelos ODSs, e outra vez, deveria entrar na discussão dos planos regionais que, infelizmente, não está tão ampliada assim. Por enquanto, estão sendo discutidos nos conselhos participativos, mas por entendimento, eu acho que o Secretário podia nos ajudar, talvez, a Secretaria suspendeu as oficinas públicas, as oficinas abertas à população, que ocorreriam ainda no mês de agosto, durante o mês de setembro. E teremos uma devolutiva já no final de setembro. Não foi feita essa discussão aberta. A importância dessa questão com relação aos ODSs é crucial. E a intenção da Secretaria é encaminhar para a Câmara até o final do ano, um projeto de lei, que não está levando em consideração esse fundamento que tem que ser dado pelos ODSs. E particularmente, a gente está lá na região sul, lá na região de Santo Amaro. Estão tentando, inclusive, a certificação ambiental. Uma ISO ambiental que agora existe para bairros. E aqui no Brasil. Não existe nenhuma experiência consolidada, mas existe o instrumento. Então eu pediria essa ajuda para a gente conseguir as oficinas. Pelo menos para ampliar essa discussão, com esse norte dos ODSs.

Secretário Rodrigo Ravena: Tudo bem. Vamos fazer o possível para ampliar esse debate e conseguir as oficinas. Eu acho que a gente pode dar o exemplo aqui, também. E isso se espalha. Mas conte com a ajuda. E, sobre essa questão da certificação acho interessante, desde que adaptada para cada cidade dentro da cidade. Não. Cada cidade dentro da cidade. Tem bairro que é cidade, então precisa considerar as características próprias. Mais algum assunto, mais alguma questão? A pauta já encerrou. Se o senhor quiser incluir algo é para a próxima reunião.

Cons. Ângelo: Novamente, Ângelo da Leste 3. Eu estive na 6ª-feira, como representante do CADES, na reunião do FMSAI. Aquele fundo no qual a Sabesp destina 7,5% para obras de contenção às enchentes. E era para ser votada uma solicitação da Sabesp no qual está solicitando verba lá para o fundo, para fazer o esgotamento do projeto da Copa do Povo. Eu não sei se esse projeto da Copa do Povo, que fica em frente ao planetário, na área de amortização do Parque Natural, se já chegou alguma coisa para a Secretaria. Então não sei se quando chegar isso daí, como são quase 2 mil



unidades, se vai ter EIA/RIMA, que é muito preocupante. Principalmente pelas questões ambientais do Parque Natural e da APA do Carmo. Obrigado.

Secretário Rodrigo Ravena: Não chegou nada ainda, mas essa preocupação é importante. E a gente tem trazido tudo que é de impacto maior e mais efetivo para a reunião do CADES. Então mesmo que não tenha o EIA/RIMA, eu acho que essa é uma discussão importante por conta de estar lá na área de amortecimento da APA e tudo o mais. Só que não está nada encaminhado ainda, formalmente. O que deve acontecer é uma contenção pela SEHAB naquele morro que está caindo. Eles vão fazer uma intervenção no que já está caindo, para parar de cair. Então viria o pedido para cá. Não chegou ainda. Mas não é uma intervenção definitiva de construção. É só para retirar quem está efetivamente em área de risco, e fazer uma contenção morro, e iniciar um plantio ali. Que não será pela Secretaria. Será pela COHAB.

Cons. Ângelo: Inclusive, essa questão está no Ministério Público. E eu, como sociedade civil, solicitei, e na sexta-feira, vou ser atendido pela Cristina, que é a promotora que está cuidando do caso.

Secretário Rodrigo Ravena: É. Eu devo ir falar com ela hoje. Então está tudo encaminhado. Mais algum assunto, mais alguma questão?

Cons. Cristina Antunes: Esse daqui é um ressentimento que eu quero colocar, porque todo mundo viu a revolução urbana que houve no Rio de Janeiro. E quero falar especificamente daquele veículo leve sobre trilhos, que poderia ser o nosso, o que foi aqui, foi substituído por um horroroso monotrilho, e que, além de agredir a paisagem, custou dezenas, centenas de árvores. Isso daqui foi aprovado aqui no CADES, em uma sessão absolutamente turbulenta, e a gente, hoje, lamenta os resultados que a gente está tendo, e a inconclusão desse projeto. Só para deixar marcado porque isso foi aprovado aqui no CADES. Nós temos responsabilidade sobre isso.

Secretário Rodrigo Ravena: Está bom. Anotado. Mais alguma sugestão para a pauta? Nenhuma? Então vou declarar encerrada a presente reunião. Agradecer a presença de todos. Agradeço o quórum. E vamos ver se começando a nossa próxima reunião às 9h30, 9h45 no máximo, com o quórum efetivo. Assim dá tempo de todo mundo chegar. Está bom? Muito obrigado. Bom dia, bom serviço a todos. Murilo, por favor.



Cons. Murilo: Por favor, eu só ia pedir para aqueles que forem formar o grupo da comissão, já que estão aqui, esperarem um pouquinho, porque a gente já faz a deliberação aqui da reunião, da data e tudo o mais.

Secretário Rodrigo Ravena: Perfeito. Bom dia a todos.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ANA LUIZA DA FONSECA ANTONIO
ANGELO IERVOLINO
ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA
CESAR AUGUSTO CARDOSO DE LUCCA
CRISTINA ANTUNES
CRISTIANE LIMA CORTEZ
EDUARDO COELHO E MELLO AULICINO
FABIANE DELLA FLRA OLGUIN
FABIO DE ALENCAR IORIO
FABIO PICCININI
FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ
GEORGE DOI

HÉLIA MARIA S. B. PEREIRA
JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
MARIA CRISTINA S. KIRSNER
MARCOS LUIZ GONÇALVES
MARIA SALETE MARRETI
MURILO REPLE PENTEADO ROCHA
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
ROSANA FRIESS
SUELI RODRIGUES

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

BRUNA BEATRIZ NASCIMENTO FREGONEZI / CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO / LYGIA CECÍLIA CUNHA / MARCOS MOLITERNO / MARISA APARECIDA ROMEIRO NORONHA / EDUARDO STOROPOLI / MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES / MARIA CRISTINA OLIVEIRA REALI ESPÓSITO / PAOLA WOHNATH MELE / SOLANGE CRISTINA RIBEIRO / SONIA APARECIDA TEIXEIRA.

COORDENADOR GERAL:

PAULO RICARDO GARCIA